

COMISSÃO EXTERNA - FISCALIZAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA ECO 101 - BR 101 -

**PLANO DE TRABALHO DA COMISSÃO EXTERNA - FISCALIZAÇÃO DA
CONCESSIONÁRIA ECO 101 - BR 101 - ES.**

JULHO DE 2019



PLANO DE TRABALHO

O objetivo da CEXBR101 é garantir que a sociedade receba a infraestrutura e os serviços viários em conformidade com as previsões contratuais, com as normas técnicas e com a legislação aplicável às concessões rodoviárias.

Para tanto, a CEXBR101 se vale dos seguintes meios de ação:

- FISCALIZAR os contratos, planos de trabalhos, Programa de Exploração da Rodovia, aditivos e outros instrumentos celebrados com a concessionária responsável pela administração da BR-101/ES;
- ACOMPANHAR E FISCALIZAR as obras realizadas, os novos investimentos, obrigações e direitos da referida concessionária;
- REALIZAR mesas redondas para debater com a população dos diversos municípios interessados os serviços que estão sendo prestados pela concessionária;
- REQUERER informações dos órgãos públicos e da concessionária com o objetivo de esclarecer fatos de interesse da Comissão;
- REALIZAR seminários e audiências públicas com vistas a coletar informações técnicas e jurídicas sobre os contratos celebrados, aditivos, investimentos, prorrogação dos contratos e outros temas de interesse da comissão;
- REPRESENTAR ao Tribunal de Contas da União acerca dos fatos que mereçam análise detalhada da Corte de Contas, assim como a análise de atos que atentam, em tese, contra o interesse público;
- INFORMAR e ORIENTAR a sociedade acerca de todas as medidas adotadas pela Comissão Externa.

No ano de 2019, sugerem-se os seguintes temas, atividades e ações:



1) MATÉRIAS EM RELAÇÃO ÀS QUAIS A COMISSÃO EXTERNA DEVE DEDICAR ATENÇÃO, DE ACORDO COM O RELATÓRIO FINAL DA CEXBR-101, LEGISLATURA 2015/2018

- ✓ Licenciamento ambiental do trecho norte, incluindo a passagem pela Reserva de Sooretama;
- ✓ Cronograma de obras de duplicação;
- ✓ Novos reajustes de pedágio;
- ✓ Desocupação das faixas de domínio;
- ✓ Impacto na TBP da incorporação dos radares no PER;
- ✓ Revisão Quinquenal.

2) MATÉRIA URGENTE

Impacto, na concessão da BR-101/ES, da “Operação Infinita Highway”, deflagrada em abril pela Polícia Federal, com o apoio do TCU, para investigar irregularidades que apontam para a arrecadação indevida estimada de pelo menos R\$ 330 milhões em cobrança de pedágio dos usuários. Tais valores decorreriam de problemas relacionados à baixa qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias.

3) ATIVIDADES

- ✓ Devem ser realizadas, de imediato, reuniões de audiência pública para (i) debater a operação “Infinita Highway”, descrita no item 2, e para (ii) dar ciências aos integrantes da comissão da situação atual da concessão e do cronograma de obras vigente;
- ✓ Novas reuniões de audiência pública devem se seguir às já relacionadas, a depender dos desdobramentos;



- ✓ Visitas técnicas devem ser realizadas no início do próximo semestre, para que os parlamentares da comissão avaliem de perto a situação das obras de duplicação e problemas rodoviários específicos, caso dos contornos viários pendentes;
- ✓ Sugere-se reunião de trabalho com a equipe técnica do TCU encarregada de acompanhar a atuação da ANTT na fiscalização da concessão, para que se tenha uma visão geral dos problemas já encontrados e se saiba que providências forma efetivamente tomadas.
- ✓ Sugere-se também reunião de trabalho com especialistas da ANTT, para que a agência apresente aos parlamentares aspectos técnicos do estado atual da concessão e das obras que, porventura, não possam ser abordados com vagar em reunião de audiência pública.
- ✓ Na medida das necessidades, poderão ser encaminhados requerimentos de informação ao Ministro da Infraestrutura, para esclarecimento de aspectos relacionados à concessão.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado SÉRGIO VIDIGAL

